

**Ata da 28ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima,  
ocorrida em 25/01/2006, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada  
dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos 2º Andar**

Participantes:

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo
3. Raphael Azeredo – Ministério das Relações Exteriores
4. Leíza Martins Dubugras – Casa Civil
5. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
6. Lindemberg de Lima Bezerra – Ministério da Fazenda
7. Renato Baoreto – Ministério das Cidades
8. Magda Aparecida de Lima – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
9. Newton Paciornik – Ministério da Ciência e Tecnologia
10. Fernanda Bocorny Messias – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) dando boas vindas a todos os representantes dos Ministérios. Informou que o Ministro da Ciência e Tecnologia requisitou à Secretaria Executiva da CIMGC que preparasse uma síntese dos trabalhos realizados pela Comissão no ano de 2006.

Sumariamente, destacou que foram realizadas no ano de 2005, 12 reuniões da CIMGC, entre reuniões ordinárias, extraordinárias e eletrônicas, o que correspondeu a frequência de uma reunião a cada 30 dias. Foram submetidos, durante o ano de 2005, 69 projetos, dos quais 52 foram aprovados, 12 aprovados com ressalva e 5 encontram-se em processo de revisão. Destacou ainda que o tempo médio de aprovação dos projetos MDL foi inferior a 60 dias e o prazo entre a submissão e a emissão das cartas de aprovação foi, em média, de 110 dias.

Finalmente, o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro agradeceu os membros da CIMGC pela dedicação desprendida durante o ano de 2005 e, especialmente, ao Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez e sua equipe pelo excelente trabalho realizado. Informou ainda que o Brasil tem se destacado como um dos países mais organizados e estruturados no que tange à implementação de projetos no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).

O Dr. Ruy de Góes Barros representante do Ministério do Meio Ambiente pediu a palavra para reconhecer a excelência do trabalho feito pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Também, sugeriu que o balanço apresentado pelo Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro fosse disponibilizado ao público. Acreditando que assim, a CIMGC estaria apresentando uma resposta aos críticos.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que iria pedir ao Secretário Executivo que edite este documento em um formato apropriado para a publicação pela assessoria de imprensa.

O Secretário Executivo aproveitou a oportunidade para agradecer a contribuição que vem recebendo dos Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente, que também têm elaborado pareceres sobre os projetos MDL.

## **1. Aprovação da Ata da 27ª reunião da Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que a minuta da Ata da 27ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência e indagou se alguém teria alguma observação a fazer.

A Dra. Laura Porto representante do Ministério de Minas e Energia pediu que na página 4 da Ata da 27ª Reunião, onde se lia “A argumentação do MME foi de que segundo a legislação ambiental em vigor...” fosse corrigido para “A argumentação do MME foi de que segundo a legislação do setor elétrico em vigor...”.

O Dr. Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores apontou alguns pontos que deveriam ser corrigidos.

O Secretário Executivo anotou as alterações e informou que elas serão acatadas. Destacou ainda que a Ata da 26ª Reunião foi corrigida, incorporando as alterações encaminhadas pelos Ministérios, e encontrava-se disponível nas pastas.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão Interministerial se teriam alguma outra correção a ser feita. Não havendo outras observações a Ata da 27ª reunião foi aprovada.

## **2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

O Secretário Executivo pediu à Dra. Branca Americano que procedesse com a análise dos projetos MDL.

### **➤ Projetos em fase de revisão**

A Dra. Branca Americano informou que entre aos projetos em fase de revisão apenas dois responderam às observações feitas pelas CIMGC, quais sejam:

- **ARAPUCCEL – Projeto de Pequenas Centrais Hidrelétricas;**
- **Pequena Central Hidrelétrica Ivan Botelho II (Palestina) – Brascan Energética Minas Gerais S.A.;**

Informou que as documentações relativas aos projetos supracitados foram encaminhadas com antecedência menor do que uma semana, não havendo assim, tempo hábil para a

devida verificação, distribuição e análise. Destacou que esta documentação será disponibilizada para a análise de todos os Ministérios.

O Secretário Executivo acrescentou que os seguintes projetos não responderam às observações feitas pela CIMGC.

- **Projeto de Cogeração com Bagaço Nardini;**
- **Jaguari Energética S.A. – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica de Furnas do Segredo;**
- **Pequena Central Hidrelétrica Nova Sinceridade – Brascan Energética Minas Gerais S.A.;**

➤ Projetos submetidos

O Secretário Executivo informou que dois projetos encontravam-se enquadrados na categoria de projetos submetidos:

- **Repotencialização de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Estado de São Paulo;**
- **Projeto de Biomassa Guará da Bunge;**

➤ Novos Projetos submetidos

O Secretário Executivo destacou que foram submetidos três novos projetos à CIMGC:

- **Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú;**
- **Projeto de Mitigação de GEE no Sistema de Manejo de Dejetos Animais BR05-B-10;**
- **Projeto de Mitigação de GEE no Sistema de Manejo de Dejetos Animais BR05-B-11;**

Argumentou que apesar de haver cessado a necessidade de análises expeditas dos projetos MDL, a Secretaria Executiva adiantou-se e procedeu a análise do projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú.

Assim, o Secretário Executivo informou que poderia proceder a análise dos dois projetos submetidos além do Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú.

○ Repotencialização de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Estado de São Paulo

A Dra. Branca Americano procedeu com a análise do projeto de Repotencialização de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Estado de São Paulo.

Esclareceu que trata-se de um projeto que envolve a repotencialização de oito usinas hidroelétricas localizadas no interior de São Paulo construídas entre 1910 e 1930. As obras envolveram, tão somente, a renovação da tecnologia das máquinas envolvidas na geração elétrica, não gerando impacto ambiental negativo, uma vez que a capacidade dos reservatórios não será alterada.

Destacou que, na opinião do MCT, o projeto contribui com o desenvolvimento sustentável de forma pequena porém positiva. Entretanto, destacou que um dos participantes do projeto é uma firma de origem norte americana, país que não ratificou o Protocolo de Quioto e consequentemente, inabilitado a participar do MDL (Decisão, 17/CP.7 Anexo I, § 31, 32 e em especial o § 33).

A Dra. Branca Americano destacou que o relatório de validação inclui uma ressalva quanto à autoridade nacional designada no que se refere à carta de aprovação do projeto. Destaca que este assunto já foi amplamente discutido pela CIMGC e que a solução acordada será o encaminhamento de um modelo de redação à EOD (Entidade Operacional Designada).

A Dra. Branca Americano pediu ao Ministério do Meio Ambiente que se pronunciasse acerca da situação dos empreendimentos no que tange o licenciamento ambiental. Ponderou que o processo de licenciamento ambiental de cada uma das usinas apresenta suas peculiaridades, algumas usinas apresentaram certificados de dispensa de licenciamento ambiental, outras apresentaram licenças prévias.

O Dr. Ruy de Góes Barros informou ter entrado em contato com a CETESB e destacou que ficou claro que o procedimento de licenciamento ambiental é necessário, mesmo que para requerer um certificado de dispensa de licenciamento. Destacou que de acordo com a CETESB a única usina que ainda possui alguma pendência seria a usina de “Três Saltos”.

O Dr. Ruy de Góes Barros apontou uma incoerência quanto ao tratamento dado, no Relatório de Validação e no Documento de Concepção de Projeto, às respostas dos participantes de projeto. Segundo o Dr. Ruy de Góes Barros, não foi apresentado, na seção apropriada do DCP/PDD, os comentários encaminhados pelos atores envolvidos na atividade de projeto. Ademais, a Entidade Operacional Designada, incluiu no Relatório de Validação uma menção de que tais comentários seriam incorporados ao projeto no ano de 2006, o que fere as regras para submissão dos projetos MDL.

O Secretário Executivo, concluiu que tendo em vista o exposto a sugestão é que este projeto fosse posto em revisão.

A Dra. Laura Porto indagou ao Secretário Executivo se seria pertinente, de acordo com a regulamentação do MDL, a elaboração de um projeto envolvendo várias usinas que se encontrem em condições distintas, tal qual o projeto de Repotenciação de PCHs no estado de São Paulo. Destacou que algumas usinas ainda não formam repotenciadas, assim, questionou como seria feito o cálculo das reduções de emissões de gases de efeito estufa. Apontou que, no seu ponto de vista, o proponente do projeto deveria ter que apresentar licenciamento ambiental e licenciamento pela Aneel.

O Secretário Executivo informou que não existem problemas na construção de projetos MDL que envolvam vários empreendimentos e que a regulamentação que expressamente autorizou este tipo de atividade foi definida durante a COP de Montreal. O objetivo desta regulamentação foi a criação de um mecanismo que viabilizasse a redução do custo da implementação das atividades de projeto MDL.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do projeto de Repotencialização de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) no Estado de São Paulo, condicionada ao atendimento das seguintes observações:

1. Esclarecimento sobre a inclusão do participante do projeto “IUEP”, relacionado na tabela da Seção 3 como vinculado ao país anfitrião (Brasil). Na mesma seção é mencionado ser a “IUEP” uma organização não lucrativa norte-americana. Como tal não pode ser incluída como participante brasileiro. Ademais, não consta do Anexo I do Documento de Concepção do Projeto (DCP) a informação de contato desse participante do projeto. A Comissão estranha, também, a inclusão como participante do projeto de uma organização vinculada a um país que não ratificou, até a presente data, o Protocolo de Quioto.
2. Apresentação das autorizações da ANEEL para o aumento da potência das usinas.
3. Reapresentação do Documento de Concepção do Projeto em português (DCP) e em inglês (PDD). Os documentos apresentados não estão conforme o padrão estabelecido pelo Conselho Executivo do MDL, inclusive constando no cabeçalho menção a versão inexistente de modelo do PDD (versão 3).
4. Apresentação do DCP conforme ao documento em inglês (PDD). A versão em português apresenta várias incorreções de tradução. Em particular, foram assinaladas diferenças nas tabelas A-4-4 e na tabela não numerada da página 16.
5. Apresentação da Carta Convite para o Ministério Público.
6. Apresentação de Cartas Convite para Associações Comunitárias.
7. Apresentação de documentação que comprove a realização de Consulta Formal à Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo-SMA/SP, indagando sobre a necessidade de obtenção de Licença Ambiental para as modificações no empreendimento na Usina de Chibarro, Capão Preto, Buritis e Três Saltos. Mesmo considerando que as usinas somente entrarão em operação em 2008, a aludida consulta deve ser feita à SMA/SP, posto que a análise do cumprimento da legislação ambiental deve se dar no âmbito da análise do projeto pela CIMGC.
8. Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. A Comissão Interministerial já deliberou anteriormente sobre essa questão, entendendo que não cabe à Entidade Operacional Designada, responsável pela validação do projeto, validar a Carta de Aprovação do projeto. A Carta de Apresentação deve ser anexada ao Relatório de Validação no momento em que ele é encaminhado ao Conselho Executivo do MDL para registro, de acordo com a decisão 17/CP.7 da Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima da ONU. Dessa forma a não emissão da Carta de Aprovação pela DNA não pode levantar uma Solicitação de Ação Corretiva (SAC) como consta do Relatório de Validação encaminhado a esta Comissão. Ao mesmo tempo, entende a Comissão que a redação da decisão 17/CP.7 permite interpretação diferente do processo de validação e registro de atividades de projeto. Dessa forma, com o intuito de resolver

esse problema, sugerimos o seguinte procedimento, já aceito por outras Entidades Operacionais Designadas:

a) O Relatório de Validação submetido à Comissão deve ser exatamente o Relatório de Validação a ser submetido para registro pelo Conselho Executivo do MDL, contendo apenas a seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The [name of DOE] will request the registration of the [name of project activity] as a CDM project activity, once the written approval by the DNA of the participating Parties and the confirmation by the DNA of Brazil that the project assists in achieving sustainable development has been received".

b) Quando o projeto for aprovado pela Comissão e a Carta de Aprovação emitida, a Entidade Operacional Designada emitirá um novo Relatório de Validação substituindo a frase do parágrafo acima por uma frase confirmando o recebimento da Carta de Aprovação. O restante do Relatório de Validação deve permanecer inalterado a menos da inclusão da seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The only changes introduced in the validation report [revision number] dated [date] referred to in the letter of approval of the Brazilian DNA, are linked to the status of issuance of the letter of approval by the Brazilian DNA".

#### ○ Projeto de Biomassa Guará da Bunge

A Dra. Branca Americano informou que o Projeto de Biomassa Guará da Bunge consiste na substituição do GLP como fonte de calor para o processo industrial por lenha de eucalipto reflorestado.

A análise do Ministério da Ciência e Tecnologia destacou que o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável, destacou ainda que as licenças ambientais estão, aparentemente, em ordem, porém solicitou ao MMA que se manifestasse sobre o assunto. A única ressalva sobre este projeto refere-se à estrutura do relatório de validação. Assim, como no projeto de Repotencialização de PCHs no Estado de São Paulo, o relatório de validação também inclui uma ressalva quanto à autoridade nacional designada no que se refere à carta de aprovação do projeto.

O Dr. Ruy de Góes Barros informou que o Ministério do Meio Ambiente encaminhou, durante a manhã, um parecer à CIMGC esclarecendo que não foi apresentada uma licença de operação válida, apenas uma carta da CETESB informando que a licença já estaria disponível. Destacou que a EOD validou o projeto como se a licença de operação tivesse sido apresentada, o que de fato ainda não ocorreu. Apontou que os números das licenças foram apresentados de forma incorreta.

A Dra. Laura Porto, apontou que no DCP constam datas distintas para o início do período de obtenção de créditos. Segundo a análise do MME consta que na página 3 do DCP que o

início do período de obtenção de créditos se deu em 20 de setembro, enquanto em outro ponto do documento consta que o período de obtenção de créditos foi em 20 de outubro.

O Secretário Executivo analisou que, tendo em vista o exposto, o Projeto de Biomassa Guará da Bunge deve ser revisto pela CIMGC.

A Dra. Laura Porto argumentou que o proponente do projeto declarou que a madeira utilizada na atividade de projeto seria certificada, porém não apresentou tais certificados.

O Secretário Executivo informou que no caso específico deste projeto a madeira utilizada é comprada de terceiros, assim, não há necessidade de requerer certificado da madeira. Destacou que o proponente do projeto afirmou que comprará a madeira de empresas credenciadas pelo IBAMA.

O Dr. Ruy de Góes Barros apontou que por lei a certificação da floresta é voluntária, assim, concordou que esta questão não deveria ser objeto de questionamento pela CIMGC. Esclareceu que o único requerimento legal é o certificado quanto a origem do produto florestal, que garante a origem legal da madeira.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro argumentou que o proponente pretende utilizar madeira oriunda de plantações de eucalipto, espécie não nativa do Brasil. Assim, não entendia porque preocupar-se com a origem de tais plantações.

O Dr. Lindemberg de Lima Bezerra representante do Ministério da Fazenda argumentou que outros projetos similares a este já foram objeto de deliberação pela CIMGC e não tiveram que apresentar tais certificados. Destacou que a CIMGC não pode adotar procedimentos distintos para projetos similares. Ademais, destacou que o DCP/PDD informa que a madeira será comprada de produtores credenciados pelo IBAMA, o que no seu ponto de vista garante a procedência da madeira.

O Secretário Executivo destacou que a única preocupação seria quanto a utilização de florestas nativas ao invés de florestas plantadas, entretanto, entende que a verificação do cumprimento dos termos do DCP/PDD é de responsabilidade da EOD e do Conselho Executivo durante o monitoramento da atividade de projeto. Afirmou que, no passado, a CIMGC já havia se manifestado sob casos similares, requerendo comprovação da origem da biomassa. Destacou que o resultado de tais questionamentos foram respostas vagas dos proponentes de projetos que em termos práticos não garantiram a origem da madeira.

Não havendo um consenso sobre o tema, o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro resolveu que a deliberação da CIMGC seguiria a posição da maioria dos membros. Assim, iniciou o processo de votação.

Dos presentes dois Ministérios votaram favoravelmente à exigência de apresentação documentação complementar que assegure que todos os fornecedores de madeira encontravam-se devidamente registrados no IBAMA, foram eles: Ministério das Minas e Energias e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.

Cinco Ministérios votaram contrariamente a necessidade desta exigência, entre eles: Ministério das Cidades; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Fazenda.

A representante da Casa Civil, Dra. Leíza Dubugras, preferiu se abster da votação.

O Ministério do Meio Ambiente não estava sendo representado pelo seu membro titular ou suplente, não tendo desta forma direito a voto. Mesmo assim, este Ministério, posicionou-se a favor da necessidade de exigir do desenvolvedor de projeto, comprovação da origem da madeira.

Desta forma o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro encerrou a discussão acatando a deliberação da maioria dos representantes dos Ministérios.

A CIMGC deliberou pela **Aprovação com Ressalva** do Projeto de Biomassa Guará da Bunge, condicionada ao atendimento das seguintes ressalvas:

1. Esclarecimento e correção no Documento de Concepção do Projeto (DCP) e no Project Design Document (PDD) da data correta do início do período de obtenção de créditos. A data estabelecida para o início do primeiro período de obtenção de créditos é 20.10.2003 (Seção C.2.1.1 do DCP). No entanto, as emissões evitadas são estimadas a partir de setembro de 2003 (Seção A.4.3.1 e Seção E do DCP);
2. Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. A Comissão Interministerial já deliberou anteriormente sobre essa questão, entendendo que não cabe à Entidade Operacional Designada, responsável pela validação do projeto, validar a Carta de Aprovação do projeto. A Carta de Apresentação deve ser anexada ao Relatório de Validação no momento em que ele é encaminhado ao Conselho Executivo do MDL para registro, de acordo com a decisão 17/CP.7 da Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima da ONU. Dessa forma a não emissão da Carta de Aprovação pela DNA não pode levantar uma Solicitação de Ação Corretiva (SAC) como consta do Relatório de Validação encaminhado a esta Comissão. Ao mesmo tempo, entende a Comissão que a redação da decisão 17/CP.7 permite interpretação diferente do processo de validação e registro de atividades de projeto. Dessa forma, com o intuito de resolver esse problema, sugerimos o seguinte procedimento, já aceito por outras Entidades Operacionais Designadas:
  - a) Relatório de Validação submetido à Comissão deve ser exatamente o Relatório de Validação a ser submetido para registro pelo Conselho Executivo do MDL, contendo apenas a seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The [name of DOE] will request the registration of the [name of project activity] as a CDM project activity, once the written approval by the DNA of the participating Parties and the confirmation by the DNA of Brazil that the project assists in achieving sustainable development has been received".



b) Quando o projeto for aprovado pela Comissão e a Carta de Aprovação emitida, a Entidade Operacional Designada emitirá um novo Relatório de Validação substituindo a frase do parágrafo acima por uma frase confirmando o recebimento da Carta de Aprovação. O restante do Relatório de Validação deve permanecer inalterado a menos da inclusão da seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): “The only changes introduced in the validation report [revision number] dated [date] referred to in the letter of approval of the Brazilian DNA, are linked to the status of issuance of the letter of approval by the Brazilian DNA”.

o Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú

O Secretário Executivo informou, novamente, que o Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú foi submetido a CIMGC com vista a ser analisado durante a 29ª reunião, entretanto a Secretaria Executiva se adiantou, preparando a análise do projeto. Indagou aos membros da Comissão se eles concordariam em preparar seus pareceres até o dia 3 de fevereiro de 2006, a fim de consolidá-los com o parecer do MCT.

Sem objeções a Dra. Branca Americano iniciou a leitura do parecer do MCT.

Destacou que trata-se de um projeto de pequena escala localizado no estado de Pernambuco e envolve o aumento da eficiência da queima do bagaço de cana e produzindo energia elétrica para consumo próprio e para a rede. O projeto utiliza a metodologia I.D. e o fator de margem combinada utilizada foi de 0,3958 tCO<sub>2</sub>/MWh.

Apontou que o projeto possui licenças ambientais válidas, porém não apresentou de forma clara as contribuições para o desenvolvimento sustentável no Anexo III. Destacou que existem problemas na tradução do DCP e que não foram apresentadas as documentações exigidas pela resolução nº 01 assinadas por todos os participantes do projeto, também coube o mesmo questionamento apresentado nos demais projetos validados pela SGS quanto ao pedido de esclarecimento relativo à carta de aprovação do governo brasileiro.

Assim, o Ministério da Ciência e Tecnologia sugeriu que o Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú fosse **revisto** até serem atendidas as seguintes observações:

1. Apresentação, como solicitado no Artigo 3º § IV da Resolução nº 1 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, de declaração assinada por todos os participantes do projeto, constando o nome do mesmo e estipulando o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão. Enviar, juntamente com essa declaração, documentos comprobatórios de que os representantes dos participantes que assinaram tal declaração possuem legitimidade para esse ato. O pedido de submissão do projeto para a análise da Comissão Interministerial também deve ser assinado por todos os participantes.

2. Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1. As considerações feitas no documento analisado expressam de forma vaga e indireta a contribuição do projeto, não apresentando suas reais contribuições para o desenvolvimento sustentável. Em especial devem ser corrigidas as incoerências observadas no item sobre contribuição para capacitação e desenvolvimento tecnológico em relação às fases e dados do projeto, diferentes das informações contidas no DCP. Nesse mesmo item, deve ser melhor explicada a participação da indústria nacional e em que esse fato contribui para o desenvolvimento tecnológico.
3. Apresentação do DCP conforme ao documento em inglês (PDD). A versão em português apresenta várias incorreções de tradução. Em particular, assinalamos diferenças nas tabelas das páginas 20, 21 e 30.
4. Apresentação de Licença de Operação válida. A licença apresentada expirou em 19/01/2006.
5. Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. A Comissão Interministerial já deliberou anteriormente sobre essa questão, entendendo que não cabe à Entidade Operacional Designada, responsável pela validação do projeto, validar a Carta de Aprovação do projeto. A Carta de Apresentação deve ser anexada ao Relatório de Validação no momento em que ele é encaminhado ao Conselho Executivo do MDL para registro, de acordo com a decisão 17/CP.7 da Conferência das Partes da Convenção Quadro de Mudança do Clima da ONU. Dessa forma a não emissão da Carta de Aprovação pela DNA não pode levantar uma Solicitação de Ação Corretiva (SAC) como consta do Relatório de Validação encaminhado a esta Comissão. Ao mesmo tempo, entende a Comissão que a redação da decisão 17/CP.7 permite interpretação diferente do processo de validação e registro de atividades de projeto. Dessa forma, com o intuito de resolver esse problema, sugerimos o seguinte procedimento, já aceito por outras Entidades Operacionais Designadas:
  - a) O Relatório de Validação submetido à Comissão deve ser exatamente o Relatório de Validação a ser submetido para registro pelo Conselho Executivo do MDL, contendo apenas a seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The [name of DOE] will request the registration of the [name of project activity] as a CDM project activity, once the written approval by the DNA of the participating Parties and the confirmation by the DNA of Brazil that the project assists in achieving sustainable development has been received".
  - b) Quando o projeto for aprovado pela Comissão e a Carta de Aprovação emitida, a Entidade Operacional Designada emitirá um novo Relatório de Validação substituindo a frase do parágrafo acima por uma frase confirmando o recebimento da Carta de Aprovação. O restante do Relatório de Validação deve permanecer inalterado a menos da inclusão da seguinte frase (texto sugerido para a versão em inglês): "The only changes introduced in the validation report [revision number] dated [date] referred to in the letter of approval of the Brazilian DNA, are

linked to the status of issuance of the letter of approval by the Brazilian DNA”.

A CIMGC estabeleceu o prazo de 3 de fevereiro de 2006 para receber comentários dos representantes dos Ministérios. O Projeto de Cogeração a Bagaço Cucaú foi considerado em **Revisão**.

- o Outros projetos

A Dra. Branca Americano pediu aos representantes do MMA que informassem aos demais membros da Comissão sobre o encaminhamento dado dos projetos de suinocultura da AgCert, em especial os projetos que envolvem fazendas localizadas no estado de São Paulo.

A Dra. Paula Bennati, do Ministério do Meio Ambiente, informou ter entrado em contato com a CETESB, órgão ambiental do estado de São Paulo, a fim de esclarecer o ponto levantado pela AgCert em documento encaminhado à Secretaria Executiva da CIMGC, sobre a dispensa de licenciamento ambiental para projetos de suinocultura naquele estado. Destacou que a informação apresentada à CIMGC está incorreta, pois o procedimento no estado de São Paulo exige o requerimento de licença ambiental no DAIA (Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental). Assim, o licenciamento ambiental é necessário, também para os projetos de suinocultura localizados no estado de São Paulo, contrariamente ao que foi informado pela AgCert.

### 3. Outros assuntos.

- Resolução nº 03

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro deu prosseguimento à reunião passando para a análise da minuta de Resolução nº 03 da CIMGC. Informou que esta minuta foi encaminhada a todos os membros da Comissão, e perguntou se alguém teria alguma observação a ser feita.

O Secretário Executivo informou que nenhuma observação foi encaminhada à Secretaria Executiva sobre este tema, assim, entende que todos os membros estejam confortáveis com o texto.

Não havendo qualquer manifestação em contrário o texto da Resolução nº 03 foi aprovado pela CIMGC.

- Carta de Autorização para participantes de empresas brasileiras em Projetos no Equador

O Secretário Executivo informou que a empresa EcoEnergy, sediada no Brasil, estabeleceu uma atividade de projeto MDL no Equador, credenciando-se como participante do projeto. Assim, a Autoridade Nacional Designada daquele país requisitou à CIMGC que encaminhe uma carta de autorização de participação da empresa brasileira naquela atividade de projeto.

O Secretário informou que esta é a primeira vez que um país não Anexo 1 investe em um projeto MDL no exterior. Destacou que esta carta deverá se chamar “Carta de Autorização” para diferenciá-la da “Carta de Aprovação” que já é emitida pela CIMGC. Esclareceu que esta carta é uma exigência do Protocolo de Quito, necessária para que empresas brasileiras invistam em projetos MDL fora do Brasil.

O Secretário Raphael Azeredo, representante do Ministério das Relações Exteriores concordou com o texto apresentado pela Secretaria Executiva, mas pediu à CIMGC aguardar o posicionamento formal do MRE.

#### ➤ Carta de FBOMS – Usina Verde

Trata-se de uma reclamação de uma organização não governamental (ONG) que questiona os impactos ambientais decorrentes da geração de subproduto da atividade de projeto “Usina Verde”, especialmente quanto a emissão de Dioxinas e Furanos.

O Secretário Executivo informou que o aspecto questionado pela ONG não está diretamente relacionado à atividade MDL desenvolvida pela empresa, mesmo assim, entrou em contato com a empresa e pediu que se pronunciem a este respeito. Destacou que eventuais questionamentos quanto aos impactos ambientais locais, incluindo aspectos ligados a poluição local, são avaliados pelo Ministério do Meio Ambiente, que não se manifestou sobre o projeto em questão.

O Dr. Adriano Oliveira do Ministério do Meio Ambiente, informou que o MMA não se manifestado sobre este projeto, oficialmente, pois possuem um convênio com o Centro Clima, proponente do projeto. Informou terem recebido uma correspondência da FBOMS questionando em que momento poderiam estar incorporando comentários ao projeto.

O Secretário Executivo destacou que a FBOMS (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sindicais), foi inserida, durante a elaboração da Resolução nº 01, a pedido do MMA, como uma das entidades que devem receber cartas dos proponentes de projetos durante a fase de submissão. Entretanto, esta entidade não tem analisado os projetos, sob o argumento de que não tem recursos para isto.

Avaliou que a carta encaminhada pela FBOMS não apresenta argumentos técnicos para dar o devido embasamento às críticas apresentadas sobre o projeto. Ponderou que o momento para a incorporação de eventuais críticas foi durante a submissão do projeto para validação e que tal apontamento não foi feito por esta instituição naquele momento. Enfatizou que o questionamento apresentado aborda questões de poluição local, que não estão relacionados com a questão do efeito estufa.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro argumentou que o fato do projeto envolver uma entidade conveniada ao MMA, não retida a competência deste Ministério para avaliar as questões que lhe dizem respeito.

➤ Carta da UNICA

O Secretário Executivo informou que esta carta foi encaminhada ao Ministro de Ciência e Tecnologia, pedindo que ele aprovasse os projetos submetidos por esta empresa. Por coincidência estes projetos foram aprovados durante a 27ª reunião da CIMGC, assim esta carta perdeu o seu objeto.

O Secretário Executivo destacou que, ainda assim, fez questão de apresentar este documento aos membros da CIMGC a fim de exemplificar como os proponentes de projeto têm agido no intuito de interferir nos trabalhos da CIMGC.

➤ Agradecimento Rhodia e Econergy

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que trata-se de uma carta parabenizando a CIMGC pela qualidade do trabalho que vem sendo desenvolvido.

O Secretário Executivo informou que recebeu um telefonema dos proponentes do projeto Rhodia anunciando que o projeto estará sendo inaugurado entre os dias 13 a 15 de fevereiro e gostariam de poder contar com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia durante a cerimônia. Caso o Ministro não possa ir visitar a planta, o presidente da Rhodia francesa propôs-se a vir a Brasília para que possam se encontrar.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que levará esta questão ao Ministro do MCT, porém pede que o convite seja formalizado.

➤ Comunicação da distribuição de “Reduções Certificadas de Emissão” quando do seu registro no Conselho Executivo do MDL.

O Secretário Executivo informou que as primeiras RCEs (Reduções Certificadas de Emissões) emitidas pelo Conselho Executivo do MDL para um projeto brasileiro refere-se ao projeto de Gás de Aterro de Salvador Bahia, entretanto, os proponentes deste projeto não encaminharam à CIMGC, conforme determina a resolução nº 01, uma cópia do relatório de validação e das comprovações da distribuição dos RCEs.

O Secretário Executivo sugeriu que a CIMGC encaminhe uma reclamação formal ao Conselho Executivo e aos proponentes do projeto a fim de evitar que este procedimento venha a se repetir.

➤ Email de agradecimento da EcoEnergy.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que a Secretaria Executiva recebeu um email de agradecimento encaminhado pela EcoEnergy pela aprovação de 22 projetos submetidos antes de 31 de dezembro de 2005.

- Comunicação sobre publicação no Diário Oficial do decreto com as alterações propostas pelo MCT incluindo os Ministérios da Cidades e Fazenda na CIMGC.

A Dra. Leíza Martins Dubugras representante da Casa Civil informou que foi publicado no dia 11 de janeiro de 2006 um decreto de 10 de janeiro de 2006 contendo a inclusão dos Ministérios da Fazenda e das Cidades, a atualização do decreto de 1999, além da inclusão do Secretário Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Globais de Clima como observador.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que a próxima reunião da CIMGC deverá ser em 22 de março seguindo o calendário de reuniões de 2006.

O Secretário Executivo argumentou que a frequência das reuniões da CIMGC poderá ser revista, a critério dos membros durante a próxima reunião.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro agradeceu a participação de todos os representantes dos Ministérios e declarou encerrada a reunião.